

**OLHARES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O CONHECIMENTO HUMANO:
DESDOBRAMENTOS RELATIVOS À CAPTAÇÃO DO FAZER E DO SABER NA
ANTIGUIDADE GREGA**

Lizia Helena Nagel¹

RESUMO:

Interrogar a Antiguidade, sua história, filosofia ou literatura, implicaria, não só, admitir a possibilidade de conhecer do homem, mas admitir a possibilidade de ouvir a voz dos integrantes de uma sociedade como norteada por interesses e valores próprios ao momento em que viveram. Com tal afirmação como ponto de partida, o texto caminha na direção de identificar quais foram os principais reguladores para o entendimento dos discursos sobre o passado e a possibilidade de neles penetrarmos.

O trabalho, nesse sentido, sublinha dois grandes marcos que se sucederam no tempo. O primeiro aponta para a crença de que todos os homens, em sua essencialidade, são iguais, independentemente da organização social e/ou do período histórico vivido, indicando, dessa forma, uma relativa conformidade com a idéia de totalidade e com a expectativa de progresso. O segundo marco regulador aponta para a desigualdade entre os indivíduos, vista como a expressão superior da liberdade inerente ao humano, objetivada, ou passível de ser concretizada, em qualquer tempo e lugar, independentemente de qualquer fator externo. Defendendo, assim, a diferença, patrocina a idéia de particular, de privado, e bloqueia a idéia de evolução ou de progresso.

Consequentemente, na utilização do primeiro marco regulador, os gregos ou as obras da Antiguidade não podem ser reconhecidas pelo significado que tiveram em sua sociedade, no meio de seus pares, mas, apenas distinguidos, por nós, contemporâneos, pelo que deveriam ter sido, não foram ou não fizeram. O **fazer** e o **saber** do passado são vistos ou avaliados como inúteis ao próprio passado! Já, na utilização do segundo marco regulador, resta o convite para rejeitar o estudo de todos os poetas, de todos os filósofos e de seus sistemas de interpretação da organização social de sua época; porque a eles, como a nós, não pode ser atribuída a possibilidade de conhecer o mundo externo, conforme assegura a pós-modernidade. O **fazer** e o **saber** do passado, nesse momento, são transformados apenas em "literatura"!

**OLHARES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O CONHECIMENTO HUMANO:
DESDOBRAMENTOS RELATIVOS À CAPTAÇÃO DO FAZER E DO SABER NA
ANTIGUIDADE GREGA**

Para adentrar no assunto, nada melhor do que relatar um momento familiar descontraído. À hora do almoço, meu neto, voltando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostrou-se insatisfeito com a aula de uma professora do Curso de Ciências Sociais, responsável por uma matéria que ele cursava por opção. A jovem professora, seguindo a regra didática de perguntar aos alunos, no início de uma disciplina, "**de onde vieram e para onde pretendem ir**", ouviu de meu neto que ele cursava Filosofia. Um tanto quanto curiosa, ela teria dito a ele:

- Interessante! Diga-me, o Curso de vocês ainda fala "O HOMEM"?!!! Tu não achas isso muito machista?

¹ Professora do CESUMAR

Meu filho, após ter perguntado ao meu neto o que ele teria respondido, certo de que as ponderações nesse estilo já entraram, definitivamente, na academia, orientou-o para, em futuro próximo, viver com mais bom-humor esses momentos típicos da pós-modernidade. Seu conselho resumiu-se na seguinte frase que deveria ser dita em ocasiões similares.

- *A Filosofia, na verdade, já superou seus velhos padrões machistas. Inclusive já desmembrou alguns termos do seu glossário. Agora, já temos "O criança" e "A criança".*

Mantendo o espírito jocoso da família, lembrei de um velho bordão de meu pai, quando ele se espantava com algo bastante inusitado, e recriei como se dele fosse a frase:

- *Oi pessoal, vocês não acham que estão transformando a Filosofia em "pó de mico"²?*

Saindo do exemplo centrado na Filosofia, entrando em área diversa do conhecimento, outro caso pode ser relatado. Um grupo de especialistas conversava, academicamente, com índios de uma reserva, mostrando a eles o programa de um curso que levaria a alfabetização para a aldeia, na língua deles. Após exame do projeto proposto, um dos integrantes da tribo interrogou:

- *Não poderia ser dado, também, um Curso de Inglês para nós?*

Para além do riso obrigatório, e, para além da aparência imediata de situações e/ou interpretações diversas sobre a realidade social, os dois exemplos apresentados têm algo em comum: o **predomínio da idéia, do pensamento subjetivo, de padrões comportamentais atemporais, descolados da dinâmica viva da sociedade**, da prática real dos homens.

O discurso, quando encerrado no dever de ajustar-se ao "**politicamente correto**", atropela a existência real, quer das sociedades passadas, quer das sociedades presentes. Nesse quadro, os raciocínios, as explicações, as justificativas ficam sob o comando absoluto das **idéias hegemônicas do período vivido pelo falante, ou das críticas paradigmáticas em vigência na época do pesquisador**.

Independentemente do momento histórico presente, que se entrega à afirmação da impossibilidade humana de conhecer, sem mencionar **as inúmeras contradições desse mesmo discurso apresentado como "mais avançado"**, ou refletir sobre ele, aponta-se para uma questão básica: a **eterna magia** de condenar todos os fatos, acontecimentos ou comportamentos concretizados "**ontem**".

Retomando, assim, a forma a-histórica do olhar sobre a vida dos homens, sinaliza-se para o fato de que a **prática social**, nessa perspectiva, **é sempre subsumida em um julgamento** que identifica o outro como alguém carente de condenação. Os papéis, nesse tipo de leitura, ficam definidos: o falante, crítico ou **denunciante**, passa a sentir-se, e a ser visto, como a expressão das qualidades próprias à vanguarda, como politicamente inatacável, autêntico e realista, traços ausentes na figura do "condenado". O falado, analisado ou **condenado**, em posição invertida, passa a ser entendido como a personificação do sujeito que não compreendeu e/ou não desempenhou corretamente as funções atribuídas a ele.

Tal **prática generalizada**, de sempre **acusar os homens do passado, por não terem realizado** aquilo que o presente admite ser um "**dever de casa, obrigatório, em todos os tempos e lugares**", é muito mais antiga do que se possa pensar. Inicialmente, com base religiosa, essa atitude garantia, aos "**cristãos, íntegros**", pensar o **mundo como dividido em homens justos e pecadores**, em coisas certas e erradas, consolidando, assim, a possibilidade de pôr na voz do presente vivido o **direito de sufocar a alma do passado**.

Essa **atitude**, tão medieval, de **atravessar os tempos, mares e lugares**, servindo-se de critérios metafísicos para julgamento moral ou religioso de outras sociedades muito distantes

² *Pó-de-mico* era uma substância que, jogada durante os carnavais, no início do século XX, causava muita coceira nos participantes da brincadeira.

da nossa, é **revigorada, de forma laica, no século XX**, principalmente, após a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*³, assinada, em **1948**, pela ONU.

Ora, a revitalização da prática de ler o mundo de modo atemporal se deve ao fato de que, a partir desse documento, as exigências para tratar o homem por suas **especificidades ou prerrogativas naturais** aumentam em função do credo na democracia, como único sistema de governo capaz de respeitar o homem em sua essencialidade. Os **Direitos Humanos** são, assim, sistematicamente, apresentados como direitos **naturais (não-históricos)** e, como tais, devem ser defendidos em qualquer agremiação por questão de justiça. A vigilância dos direitos relativos à igualdade e liberdade dos indivíduos (assumidas sob a ótica metafísica e vivificadas pela democracia burguesa), por outro lado, confere validade aos olhares sobre o passado, despegados da organização social onde tais direitos poderiam, ou não, ter tido existência concreta.

Na **dogmatização dessa “legalidade”**, fica consagrada a possibilidade de se pensar o homem emancipado das forças sociais ou de padrões organizatórios de vida que, articulados em momentos diversos, viabilizam mudanças significativas na existência de todos. Na exasperada prerrogativa de **“pensar a igualdade independentemente de qualquer datação ou sítio”**, torna-se **possível defender que os direitos trabalhistas**, conquistados a partir da **Revolução Industrial**, no século XIX, poderiam ter sido vividos, até mesmo, **pelos escravos da Grécia Antiga!** Ou, ainda, que o **sufrágio feminino**, conquistado a partir de **1893, na Nova Zelândia**, poderia ser tomado como **indicativo da coerção das mulheres de Atenas**, impedidas de participação na escolha dos dirigentes da *pólis* pelos machistas da época, em flagrante desrespeito aos seus direitos naturais!

Mas, para além das conseqüências até absurdas do alargamento dessa propositura metafísica, relativa aos direitos humanos decorrentes da idéia da igualdade natural de todos os homens em todos os tempos e lugares, um dado novo é acrescentado, paralelamente à antiga facilidade de **impor, aos homens do passado, deveres e direitos**, desprendidos de sua organização social. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* **confere fertilidade a outro pilar do liberalismo: a liberdade**. A liberdade, **sob o manto da sistemática propaganda relativa à democracia**, pós Segunda Guerra Mundial, **é retomada**, por intermédio do **artigo XIX**.

O **artigo XIX**, da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, passa a exacerbar, **com força de lei**, a **licença jurídica para qualquer indivíduo** não só ter **opinião** própria como transmitir suas idéias **sem qualquer interferência ou coerção externa**. Garante-se a todos, pelo quadro exposto e, no caso, aos professores universitários e aos intelectuais expressivos de seu tempo, não só o direito de julgar momentos históricos distintos, por parâmetros de sua época, considerados “politicamente corretos”, como também o direito superlativo de expressarem suas idéias particulares sob a guarida da subjetividade criadora. Subjetividade criadora, **tanto mais criadora quanto mais independente for de tudo e de todos**, incluindo-se, nisso, principalmente, **o descolamento intencional do “eu” das coisas já feitas ou pensadas por outros**.

Ao lado da **ênfase na busca de constatações sobre a igualdade de todos** em qualquer sociedade, o **direito a qualquer tipo de interpretação é absolutamente explorado, recriado, em nome da liberdade ou da autonomia dos indivíduos!** Para ilustrar os últimos discursos da atualidade a favor dessa bandeira, ou a favor do **“livre pensar é só pensar”**, como diz o humorista Millôr Fernandes, nada melhor do que a apresentação de um curto diálogo⁴ entre dois renomados filósofos pós-modernos: Jacques Derrida, francês, seguramente um dos pensadores mais cortejados no mundo acadêmico, ícone do desconstrucionismo, e Karl-Otto Apel, filósofo alemão, dedicado à semiótica, que se põe ao lado de Habermas como integrante da nova escola de Frankfurt.

Derrida: - *A comunicação é impossível.*

Apel: - *Concordo.*

³ Vide texto integral em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>

⁴ Retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Derrida, às 10:16 min do dia 27.09.2007

Derrida: - *Então eu me expressei mal.*

Esse grito narcísico, que reivindica o conhecimento não mais como produto de relações fora das que ele mesmo, como indivíduo, faz, irradiado de forma lenta, mas, generosamente, a partir da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, não pode ser visto fora de sua gênese, ou separado dos momentos que se sucederam à **Segunda Guerra Mundial**. Tal tendência jamais pode ser desvinculada, tanto das emoções e/ou decepções causadas pela violência dos campos nazistas, como pela reorganização da economia capitalista. A geração pós-guerra começa a conviver com um desenvolvimento tecnológico de tal monta que, tanto incide no crescimento das incertezas sobre o futuro, como nos questionamentos sobre as verdades consideradas relevantes no passado. Tais incertezas favorecem análises cada vez menos interessadas em “**dar a César o que seria de César**”⁵ !

Por inúmeros rituais, métodos, ou **alternativas potencialmente ricas que se abrem a partir dos anos cinqüenta**, os olhares sobre as **possibilidades de** o homem penetrar ou **conhecer o passado, infelizmente, vão se afunilando**. Sem esquecer que, em momentos de transição social, pressupostos aparentemente divergentes se fundem em alternativas diversas, busca-se delinear o caminho que termina por implodir nos olhares contemporâneos sobre as possibilidades e limites cruciais relativas ao próprio homem.

Nesse sentido recorda-se que, em **1953, Roland Barthes**, com seu livro, *O grau zero da escrita*, preconiza, metodologicamente, a **emancipação dos textos de todas as restrições**. Endossando a idéia de separação necessária do escritor da sociedade, da economia, da política, da ideologia, induz à preocupação com a forma da escrita e não com o seu conteúdo. Barthes abre, definitivamente, a **porta, para desvincular a linguagem dos homens das múltiplas e complexas relações que ele estabelece para se manter vivo, para pensar, inclusive, literariamente, sua própria existência**.

A **influência de Barthes**, quanto às possibilidades do olhar a vida dos homens e/ou as suas produções literárias, **bafejada pela eterna aura francesa de sabedoria inconteste**, alarga-se por outros pensadores que **desdobram, na sua prática, o pressuposto de liberdade sem limites, ou o princípio da autonomia sem compromisso com o vivido na realidade**.

O dado é que, ao longo do século XX, de forma mais ou menos subliminar, o pensamento reflexivo sobre o homem e a sociedade se desenvolve, sempre, sob o parâmetro de maior **emancipação em relação à práxis** humana. A Escola de *Annales*, por exemplo, desde seu nascimento, em 1929, traz a **marca da rejeição ao político** que irá se **potencializar**, no final do mesmo século, na **negação** de qualquer paradigma de interpretação que coloque **o sujeito como agente de transformação social pelo uso do seu saber**.

Nesse processo, a partir de 1965, as artes podem mostrar-se como **Minimalistas**, no interior da tendência sedutora que envolve os profissionais da área, principalmente os da literatura. Tal movimento não só expressou como reforçou, indiretamente, a idéia de que os significados não existem como universais, são, apenas, incertezas ou possibilidades subjetivas. Toda a estrutura deve ser, portanto, percebida como indeterminada, não permitindo interpretações unívocas. A pluralidade de perspectivas é revigorada, não dando chance ao leitor de descobrir, sequer, a motivação dos personagens. Os finais das obras, marcados por suas formas abertas, sinalizando a virtuosidade do escritor, não deixam de responder aos ideais heideggerianos e/ou nietzscheanos de pura interrogação e/ou de crítica radical a quem ousou, ou ousa, pensar o futuro.

⁵ No período que vai do pós-guerra aos idos de 80, não se pode deixar de citar autores como Bourdieu, Passeron, Baudelot, Establet, Balibar e Althusser, que, entre outros pensadores estruturalistas, embora com influência durkheiminiana e marxista, acentuaram temas ou traços que marcarão a epistemologia pós-moderna. Os textos desses autores já apresentam inflexões que levam ao interesse centralizado sobre *poder simbólico, hábitus, cultura, reprodução mecanicista, relações externas independentes da consciência ou do agir do homem, categorias de entendimento do real próprias ao gênero masculino e feminino, etc.* Em Althusser, por outro lado, sua releitura de Marx, retirando o movimento, a mudança do materialismo histórico, ao insistir na defesa da ideologia como eterna, aproximando-se da antropologia, oferece subsídios para uma nova forma de pensar.

Na verdade, o **Minimalismo**, preocupado em salientar apenas os **“elementos mais fundamentais de tal ou qual arte”**, abandonando a idéia de conhecer os suportes materiais com os quais ela teria conexão, ajuda a limitar o campo de análise, retirando, por exemplo, da literatura, a complexidade das relações humanas nas quais teria sido gerada. Reduzindo o número de relações que poderiam ser feitas em função do quadro social, pautado no crédito de que a arte não tem correspondência com a realidade externa, defendendo a idéia de que **“menos é mais”**, esse movimento reafirma a tendência de garantir a **autonomia do sujeito que fala, inclusive, de garantir a liberdade para falar livremente sobre o conteúdo falado por outro**.

Nessa trajetória intelectual, torna-se cada vez mais difícil conhecer, ou reconhecer, o **fazer** e o **saber** do passado. Não importa se o minimalismo está mais afeto às artes, ou à literatura, propriamente dita. Importa, sim, reconhecer que seus preceitos metodológicos, ultrapassando os cânones de uma única área, estendidos a qualquer ciência que trata do homem, diminui a capacidade de se falar sobre **“como caminha a humanidade”!**

Na esteira do desejo de emancipação do homem das influências que possam limitá-lo, os filósofos, como **Nietzsche** (1844-1900) e **Heidegger** (1889-1976), antes condenados por terem servido de suporte direto, ou indireto, à sociedade nazista, passam a ser tratados como **ícones do pensamento liberto de pressões mediócras e cerceadoras do desenvolvimento individual**. A releitura de ambos, característica dos que se consideram vanguarda, retomada pelos idos de 50-60, e revigorada a partir dos anos 70, impõe-se aos que seguirão Foucault, Lacan, Deleuze e Derrida, os pós-modernos mais referenciados nos últimos 20 anos no Brasil e no mundo.

Como se pode notar, os olhares contemporâneos sobre o homem, seu passado e seu futuro, vão cambiando significativamente, embora de forma lenta e persistente, desde o início do século XX. Estruturalistas e pós-estruturalistas, ou pós-modernos, sedimentam, com maior ou menor intensidade, o percurso das mudanças. Nesse percurso, considerando os textos no conjunto das afirmações mantidas ao longo desse tempo, pode-se dizer que, embora se reconheçam as diferenças entre os pensadores, eles **apresentam unidade** na defesa de certos **pressupostos, articulados** em evolução espiral. Lembrando alguns deles:

- a) a inacessibilidade da verdade ao homem;
- b) a negação da ciência, de paradigmas;
- c) a impossibilidade de se ter um sistema unificado de compreensão;
- d) a urgência de criticar o saber já constituído;
- e) a aceitação do poder e do autoritarismo como forças inevitáveis e indizíveis;
- f) a conclusão sobre o sujeito como separado da realidade empírica;
- g) a percepção da história como sem sujeito;
- h) a compreensão da filosofia como a arte de inventar conceitos, de pensar a própria vida;
- i) a valorização da linguagem, da semiologia, da semiótica em detrimento da filosofia do conhecimento;
- j) a adoção irrestrita da antropologia cultural como a nova “mão invisível” reguladora dos homens⁶;
- k) o convite para compreender a vida como um enigma.

Características que permitem a Dossé (1992) falar, com sarcasmo, da marcante fobia dos historiadores franceses pela filosofia, e exigem, ao mesmo tempo, que sejam situadas em um contexto marcado por mudanças no universo da própria sobrevivência humana. Mudanças fundamentais ocorridas no mundo do trabalho, da produção e do consumo, já banidas das preocupações dos historiadores e dos filósofos como algo estranho ou incognoscível, deixando, para os economistas, a “retrógrada idéia de ler o mundo como se um sistema fosse”!

Nessa fase, quando os discursos são pronunciados e defendidos totalmente desvinculados do trabalho, da produção humana, o olhar sobre o **fazer** e o **saber** do homem pode ser enfeixado

⁶ Vide Sahlins, 2004.

em dois blocos. O primeiro, **derivado da absolutização da liberdade, da autonomia sem fronteiras para o homem realmente criador**, justifica a condenação da idéia de **universalidade** que teria comandado as reflexões, principalmente, no século XIX. Apresenta, em contrapartida, a **pluralidade como a superação** de um ideário coercitivo, de caráter uniformizador, considerado típico do “castrante pensamento moderno”. Um novo determinismo vai solapando os padrões universais que sustentavam a visão filosófica do homem como um ser genérico, como pertencendo, antes de qualquer outra definição, ao gênero humano.

O segundo bloco ou a segunda premissa da **teorização em torno do fazer e do saber** do homem, tão importante quanto a primeira e, com ela, não se antagonizando, **derivado** do desinteresse ou do **descompromisso com o social**, não só torna mais sólida a idéia de que todo **discurso deve ser limpo de pretensões políticas, como** ressalta a necessidade do falante de **emancipar-se de todo e qualquer poder estranho a si mesmo! O sujeito, no delírio de pensar sua autonomia vai criando o seu próprio abandono, a sua própria solidão...**

Por inúmeros rituais, métodos, ou **alternativas potencialmente ricas que se abrem, principalmente, no final da década de sessenta**, os olhares sobre as **possibilidades de o homem conhecer o passado, infelizmente, vão se afunilando**. A **negação do eurocentrismo**, ou do padrão europeu como universal para dimensionar o homem, a **Nova História**, com a sua perspectiva de ênfase no particular, no privado, a **lingüística**, dominando os textos a partir de **Lévi-Strauss**, o fascínio pelas **idéias de exclusão e de poder** atemporais, transcendentais, divulgadas por **Foucault**, o movimento **pós-estruturalista de negação da possibilidade do conhecimento humano** objetivo, no qual **Habermas** e **Rorty** se transformam em leituras obrigatórias, todos esses posicionamentos, enfim, **remetem** a uma questão maior. Ao **homem** do século XX-XXI é conferida uma **incapacidade mutiladora**. Sua auto-imagem, ou sua representação, desdobra-se em registros sobre sua **incapacidade para conhecer o mundo que ele não mais pensa seja produto seu**.

Na verdade, a literatura, a filosofia, a história ou os pensadores atuais que se propõem cada um mais inédito do que o outro, no conjunto, apresentam uma trágica concepção de homem, sempre subsumida em eloqüentes discursos que proclamam a igualdade e a liberdade como seus mais fundamentais apanágios. Contraditoriamente, a igualdade e a liberdade, cantadas e decantadas em prosa e verso, deixam de ser os elementos capazes de atuar em benefício do próprio homem.

A idéia de homem que perpassa o século XX, adentrando no século XXI, é a de um indivíduo incapaz de ser agente, quer do conhecimento sobre si mesmo, quer do conhecimento sobre o outro, quer do conhecimento sobre as interações e/ou relações que viabilizam sua própria existência. Ao inverso das ciências ligadas à economia, à tecnologia, as ciências humanas apresentam o homem como um indivíduo sufocado pelo mundo externo, despojado de qualquer autoridade, inerte diante de uma sociedade, admitida, *a priori*, como tendo grande poder destruidor...

Nesse quadro, entende-se, um pouco, porque **Prometeu Acorrentado**, de **Ésquilo**, pode ser visto como a resultante dos malefícios do poder, **Creonte**, da peça **Antígona**, de **Sófocles**, como o símbolo de regime autoritário, **Hécuba**, de **Eurípedes**, como uma ode às mulheres em sua condição de oprimidas, **Lisístrata**, de **Aristófanes** como produto de uma descrição da vida sexual do gênero feminino. De forma similar, **Platão** e **Aristóteles** podem ser condenados, **defenestrados**, em função do engodo causado por “**epistemologias arcaicas**” que levam os indivíduos a **acreditar no conhecimento, no homem e no futuro!**

Enfim, com o dito até agora, entende-se, um pouco, o quão se tornou difícil acreditar no que já foi e é escrito. Enfim, como está difícil “**olhar os olhares**”... embora se consiga entender porque a filosofia não pode mais pensar em **O HOMEM!**

Referências Bibliográficas:

BARTHES, R. *O grau zero da escrita*. Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DOSSÉ, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SALHLINS, M. *Esperando Foucault ainda*. São Paulo: Cosac Nayfi, 2004.

VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais

Eixo Temático: Olhares contemporâneos sobre a Antiguidade e a Idade Média

Universidade Estadual de Maringá

Data: 03 de Outubro de 2007

Título: Olhares contemporâneos sobre o conhecimento humano: desdobramentos relativos à captação do *fazer* e do *saber* na Antiguidade Grega

Autora: Lizia Helena Nagel

E-mail: lh.nagel@uol.com.br